

Considerando esse contexto, o presente estudo tem por objetivo discutir o conceito de participação em associação com mecanismos de *accountability*. O estudo compreende revisão da literatura crítica sobre o conceito de participação, tendo em vista demonstrar que a democratização das ferramentas de *accountability* implica transformações político-institucionais nas oportunidades de participação social.

Foi pela combinação heteróclita entre a redemocratização do país e a busca por uma governança eficiente, nos termos referidos por Santos, Mendes e Férran (2015), que o conceito de participação ganhou destaque, no Brasil, a partir dos anos de 1980. O reclame por maiores espaços de participação social, naquele momento histórico, esteve calcado no descontentamento geral da população sobre a atuação do Estado, especialmente em políticas sociais.

O problema é que, conforme salienta Frigotto (2002, p. 53), a democracia de que se dispõe é “uma democracia formal, pelo alto e mutilada de seu sentido mais profundo. Vale dizer, uma democracia que não se afirma na base da participação efetiva das massas.” Mesmo que nossa Constituição Federal, promulgada em 1988, tenha princípios democráticos, ela não foi capaz de oferecer condições de sustentação de seu apelo à democratização nas políticas públicas sociais.

Dessa forma, o conceito de participação, seja nas políticas educacionais ou não, assume um contexto muito distinto do modelo pensado por teóricos marxistas, em que prevalecia a assunção da capacidade de emancipação social e de transformação das condições da classe trabalhadora. Conforme Mészáros (2011, p. 28) “[...] toda conversa de dividir o poder com a força de trabalho, ou de permitir a sua participação nos processos de tomada de decisão do capital, só existe como ficção, ou como camuflagem cínica e deliberada da realidade.” O que se verifica, no contexto das políticas neoliberais, é a ampliação reificada dos espaços de participação social, restritos à execução das políticas.

Sobre as manobras empreendidas nos processos de governação, Bordenave (1985) alerta que essa forma de participação se caracteriza por ser instrumental, ou seja, ela pode ser manipulada, dirigida ou explorada, sendo muito comum em véspera de eleições em que os meios de comunicação são usados como mecanismos de convencimento do povo tendo em vista determinados fins. Fato que também ocorre em programas governamentais que proclamam o comprometimento da comunidade para melhorar as escolas públicas. Essas medidas ensejam envolvimento coletivo e responsabilidade compartilhada, porém com apropriação enviesada de ferramentas de *accountability*. Conforme aludem Loureiro e Abrucio (2003, p. 2) a esse respeito “[...] as reformas econômicas e os programas de ajuste fiscal podem comprometer princípios democráticos, em especial os de *accountability*”.

Isso porque são criadas “agências insuladas e protegidas das pressões do restante do sistema político.” (LOUREIRO; ABRUCIO, 2003, p. 2). Ou seja, os agentes encarregados dos processos de responsabilização e de exigência da prestação de contas (*accountability*) constituem-se, na maioria das vezes, de “burocratas de carreira, acadêmicos ou profissionais do mercado” (Ibid.), indicados por agentes ou agências preocupados em assegurar a manutenção dos interesses capitalistas e pouco comprometidos com os direitos dos cidadãos. Como consequência, a perspectiva de uma participação capaz de incitar a valorização de ferramentas sociais de *accountability* fica seriamente comprometida.

Os mecanismos de *accountability* social que, conforme aludido, focalizam ações de associações e movimentos populares e das mídias com vistas ao funcionamento de agências

de controle (PERUZZOTTI; SMULOVITZ, 2002), a assegurar qualidade nas condições de democracia representativa posto que, através desses mecanismos, busca-se restaurar os direitos sociais.

De fato, foi a partir da década de 1980, que os mecanismos de *accountability* começaram a ser incorporados nas políticas públicas. As críticas sobre a atuação do Estado nas questões sociais tornaram-se um dos fortes argumentos sobre a necessidade de reformas do aparelho do Estado. Embora apregoassem o reestabelecimento da democracia, essas reformas voltaram-se muito mais aos interesses de assegurar condições de governação e desenvolvimento capitalista.

O caráter instrumental das políticas de participação criadas a partir de então, bem como a utilização conservadora das ferramentas de *accountability* nesse cenário, colocam em dúvida as possibilidades de implantação de políticas educacionais voltadas para a cidadania e, conseqüentemente, a emancipação política da classe trabalhadora.

Parece-nos que ainda falta muito para o Brasil e, quiçá, outros países, alcançarem uma participação que permita a transformação social, em vista que o modelo de governação em curso segue os pressupostos da ideologia capitalista de conformação neoliberal. Somente o voto, enquanto uma das principais ferramentas de *accountability* vertical, não é suficiente para assegurar a participação política da classe trabalhadora nos processos decisórios. Há que se promover espaços legítimos em que participação e *accountability* possam constituir ferramentas decisivas para a transformação social.

Palavras-chave: participação; políticas educacionais; Neoliberalismo; *accountability* social.

REFERÊNCIAS

- BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a construção democrática no Brasil: da ditadura civil-militar à ditadura do capital. *In*: FAVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (org.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 53-67.
- LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz. Políticas fiscais e accountability: o caso brasileiro. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO- ANPAD, 2003, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2003.
- LOUREIRO, Maria Rita. *Política*. Buenos Aires: Grupo Editorial Temas, 2002.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- PERUZZOTTI, Enrique. SMULOVITZ, Catalina. **Accountability social**: La otra cara del contr
- SANTOS, Fabiano S. dos; MENDES, Luciano; FÉRRAN, Judith E. M. Governança democrática e terceiro setor: possibilidades e dificuldades em duas ONGs na cidade de Porto Alegre. **Revista de Políticas Públicas**, v. 19, n. 2, p. 467-477, jul./dez., 2015.